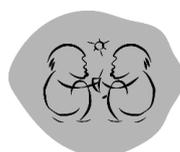


Pedro de Alcântara Figueira¹

Uma Realidade em Transformação



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br

¹ Doutor em História pela UNESP, campus de Assis. Professor aposentado da Universidade Federal de São Carlos-UFSCar.

Pretendo, com o que aqui se vai ler, explicar o momento histórico atual. Meu propósito não é refazer o percurso da questão, mas tratá-la tal como ela se apresenta hoje. Em primeiro lugar porque entendo que permeia a vida de todos nós, que está presente na vida íntima de cada um de nós, o verdadeiro descalabro que se instalou por toda parte.

Causa espanto, no entanto, que as manifestações a respeito dessa verdadeira catástrofe que estamos vivendo não vão muito além do registro circunstancial dos fatos

Atribuir aos governos a culpa por esse monumental descalabro, regra geral domina o panorama intelectual e, no que se refere particularmente à esquerda, esta tem sido sua motivação dominante. Nem mesmo a crise iniciada em 2008, que, com muita razão, alguém classificou de terminal, foge a essa regra. Lamentavelmente, a esquerda não vai além dos seus aspectos financeiros, aliás repetidos ad nauseam, e atribui ao que está ocorrendo nessa esfera à ausência de regulamentação por parte dos governos.

Necessário se faz, antes mesmo de tentar uma caracterização precisa desse fenômeno que já assumiu a forma de uma verdadeira catástrofe, nos referir à diferença fundamental entre o que está ocorrendo nos países onde ainda prevalece a ordem capitalista, e naqueles que claramente já tomaram um rumo socialista. Destaca-se, de imediato, a China que já se tornou a maior potência econômica mundial e que, por força mesmo das tendências históricas que estão presentes na crise capitalista, passou a ser referência obrigatória no que se refere ao desenvolvimento econômico e social. Um fato que salta aos olhos é a diferença entre a resposta chinesa à pandemia e o que está acontecendo nos países capitalistas, em particular nos Estados Unidos.

A análise de um fenômeno da gravidade deste que estamos considerando não pode se satisfazer com o simples registro dos chamados *problemas econômicos, dificuldades econômicas, soluções difíceis, incapacidade ou incompetência governamentais*, que fazem a glória do jornalismo. Os economistas, por exemplo, têm sempre soluções milagrosas para os erros cometidos pelo economista instalado no poder. Cada qual crê que sob a sua batuta tal problema não aconteceria.

Se, no entanto, cremos que em todos os fatos a primazia cabe sempre à realidade, logo veremos que o melhor caminho está em procurar entender o que a própria realidade está dizendo.

Alguns pressupostos, evidentemente, são premissas essenciais para não nos tornarmos escravos dos fatos circunstanciais. Avultam aqueles pressupostos que serviram de sustentação prática, histórica, portanto, às considerações teóricas da Economia Política e de Marx. Antes de tudo é preciso considerar que ambas as concepções, ou seja, tanto a Economia Política quanto Marx tomaram a sociedade capitalista como uma formação constituída de forças que se antagonizavam, ou seja, como representantes de interesses em luta permanente. Para Marx e para a ciência econômica clássica, as classes sociais representavam

essas forças. Concebiam, ainda, que este antagonismo gerava o surgimento de novas forças. Não lhes escapava o entendimento, explicitamente demonstrado por Marx, segundo o qual a transição de uma forma social a outra encontrava sua sustentação na impossibilidade da manutenção da forma antiga. No que diz respeito particularmente à concepção de Marx, a revelação de um processo de decadência não era concebida como negação do desenvolvimento, mas, ao contrário, como afirmação de que atingido determinado grau de desenvolvimento a transformação social se convertia em necessidade inadiável. Aí se encontra um dos aspectos fundamentais da concepção histórica de Marx.

É no embate entre forças novas e velhas formas sociais que podemos encontrar os elementos que permitem realizar uma análise que obedeça a critérios reais. O momento atual expressa de maneira plena a necessidade imperiosa de superação daquelas forças sociais que se tornaram incapazes de pôr em movimento as novas forças produtivas, as quais já se sentem sufocadas pela manutenção da ordem capitalista.

Simplemente é alentador o que vem acontecendo numa parte do mundo onde as tendências históricas dominantes estão atuando de modo a liberar aquelas forças econômicas e sociais que estiveram agrilhoadas a interesses que, a partir de determinado momento, tornaram-se incapazes de atender a necessidades que contrariavam a reprodução do capital.

Em resumo, entramos num período em que a reprodução da classe trabalhadora, de um lado, e a reprodução da classe capitalista, do outro, se tornou incompatível com o progresso das forças produtivas.

Estamos vivendo precisamente essa crise. Crise que se torna visível em todos os planos, político, econômico, social, expressando o que vai no âmago de um sistema econômico, precisamente do modo de produção capitalista, cujos últimos esforços em sua tentativa de sobrevivência se reverterem no oposto daquilo que se pretende. Diante dessa situação, que põe em evidência manifestações de desespero, o recurso à destruição sistemática de forças produtivas passa a ser vista como solução para manutenção da forma social em crise.

Podemos concluir que, na verdade, se instalou nos países onde ainda prevalece a ordem capitalista — representada por uma bandidagem desenfreada — um modo de destruição sistemático de riquezas, materiais e humanas.

Eis onde se encontra a realidade, a qual, rechaçada na China, em Cuba, no Vietnã e na Coreia do Norte, persiste em seu desespero anticomunista.

Assim como não há como ignorar que semelhantes tendências estão já cientificamente analisadas em seus pressupostos fundamentais n' **O Capital** de Marx, cabe-nos, entre outras coisas, demonstrar que a superação dessa situação é uma questão vital para a humanidade.

Os aspectos concretos do que viemos até agora enunciando teoricamente se encontram a seguir. Todos eles estão intimamente conectados num todo, cujo entendimento parte de

uma realidade que só pode ser compreendida se a tomarmos como a representação concreta da necessidade histórica de transformação da sociedade.

O Último Suspiro

Começo afirmando o óbvio, óbvio que se tornou parte da natureza do homem a partir do momento em que ele se definiu como ser social: o mundo está vivendo um processo de transformação muito profundo. Mas talvez não seja tão óbvio o fato de que esta é uma crise do mundo capitalista cuja natureza é profundamente diferente, se a compararmos com as crises que tivemos no curso dos últimos dois séculos. Estas foram crises financeiras, comerciais, mas sempre marcadas pela superprodução, quando então as mazelas capitalistas assumiam sempre proporções trágicas, predominantemente do lado dos trabalhadores. Todas elas foram, sempre, acompanhadas de um processo de concentração da riqueza, até porque elas significaram, como regra geral, explorar a classe trabalhadora ao extremo, incluindo, por vezes, levar a própria sobrevivência ao limite de condições sub-humanas.

Mas à crise atual, que preserva todos esses aspectos, se acrescenta uma certa tendência a retomar um mal disfarçado retorno ao escravismo, anunciando um panorama de novidades surpreendentes. É dessas que pretendemos tratar a seguir.

Antes, no entanto, de a levarmos em consideração, cumpre assinalar que desde a crise que desencadeou a Primeira Guerra Mundial o capitalismo esteve muito próximo de mostrar que o mundo já estava precisando de relações sociais e políticas novas. Não por acaso nos intimidaram com uma propaganda maciça, a da “ameaça comunista” com o socialismo na União Soviética.

Tentar mostrar que o capitalismo já passou por várias crises e que ele vem se modificando no curso da história desde seu surgimento não é motivo, como se tem procurado mostrar, para se abandonar a perspectiva de uma transformação estrutural. Com relação a modificações, qualquer sistema social passou por elas, umas mais, outras menos profundas. Dizer isto não exclui uma superação radical, pois tanto o escravismo, quanto o feudalismo sofreram modificações ao longo do tempo. Isto não foi motivo para que se eternizassem.

Mas voltemos ao nosso propósito principal que é tentar mostrar que a crise atual contém elementos novos que não podem ser ignorados ou desprezados, pois estamos vivendo uma sanha destruidora só comparável ao que aconteceu nos momentos de decadência dos modos de produção que antecederam ao capitalismo. Não se trata nem de exagero nem de recurso retórico afirmar que a partir de agora passamos a viver a tragédia capitalista, que encerra uma forte ameaça à civilização humana.

Por que tragédia? Sem entrarmos propriamente em pormenores, vamos direto ao que, pensamos, está acontecendo. Por certo não se trata de exagero chamar de tragédia ao que está acontecendo internamente ao capitalismo. Em primeiro lugar, o capitalismo é um modo

de produção (ou foi), e, enquanto tal, é substancial que ele produza, em primeiro lugar, e sobretudo, as condições necessárias à sua reprodução. E assim foi. Mas, as coisas mudaram. E como mudaram!

Quando o capitalismo pariu o monstro chamado nazismo, tivemos uma demonstração clara de que a destruição de riquezas, sobretudo de homens, passaria a ser o seu propósito principal. Passou, claramente, de modo de produção a um modo de destruição: não sem razão Hitler batizou tal política de Extermínio, política esta que não ficou apenas no papel!

E como se apresenta, agora, este modo de destruição? Entender profundamente, o que significa cientificamente este processo, e porque ele se tornou necessário, passa a ser condição **sine qua non** para enfrentar revolucionariamente a tragédia.

Trata-se, na verdade, de um processo de autodestruição do capitalismo, processo este que vem ocorrendo numa velocidade muito grande de que resulta concretamente esta estupenda concentração pecuniária da riqueza. Não se trata de recurso retórico falar hoje da divisão da sociedade em 99% X 1%. Esta é a realidade mais real que existe.

Estamos presenciando uma espetacular monetarização da sociedade, representada concretamente por uma concentração inimaginável da riqueza. A raiz desse processo já está referida n' **O Capital**, porquanto ela decorre precisamente do fato de que as forças produtivas capitalistas atingiram um grau de desenvolvimento contrário à manutenção da ordem social que as gerou. Marx usou a expressão *capital desempregado* ao mostrar que parte do capital se convertia, por força precisamente do excesso de forças produtivas, em dinheiro desempregado. Para além desse processo não resta senão uma total transformação social, a qual já está se realizando em ritmo acelerado precisamente naqueles países referidos mais acima.

Sinais Do Fim

Pode-se afirmar, pelos dados já disponíveis, que o montante de dinheiro que circula pelo mundo apenas com objetivos que jamais visam o processo produtivo, muito pelo contrário, significa algo est arrecedor. Como processo de monetarização da riqueza já passou a dominar grande parte do mundo, aquela que vive o caos do fim de um sistema econômico. Sua classificação mais correta seria a de um processo avassalador de destruição de riquezas, cujo paradeiro não poderá ser outro senão a mudança do paradigma social.

Não podemos tratar esta questão a partir de conceitos como regulamentação, desregulamentação, política econômica e outros que expressam proposições de intervenção política no processo econômico a partir de uma visão subjetiva da raiz do problema. Suas causas mais aparentes levam a uma tomada de posição que ignora ou apenas o considera por seu viés financeiro. Detectar suas origens no processo de desindustrialização pode ser um dos caminhos para se chegar às suas origens, embora fique dependente de explicação o

motivo mais profundo desse fenômeno, o qual já pode ser identificado em várias manifestações a partir do final da segunda guerra mundial.

Essa monetarização, cuja marca mais visível é uma concentração avassaladora e inexorável, é possivelmente já a manifestação mais concreta de uma destruição gigantesca de riqueza. É exatamente isto que resulta da fuga dos capitais de sua vocação produtiva. Avoluma-se o montante de uma dinheirama inútil em detrimento do processo produtivo. A concentração dessa riqueza na forma de dinheiro faz atualmente a glória da propaganda dos grandes bancos, que alardeiam formidáveis *lucros*, cuja origem se encontra na roleta especulativa em suas variadas formas. Resulta daí, um notório entesouramento pecuniário que supera, em muito, aquela porção que retorna ao processo produtivo.

Como se lê n'**O Capital**, Livro III, esse processo já existia em 1867, quando da publicação do primeiro livro d'**O Capital**, ocasião em que sua análise da produção capitalista leva seu autor a concluir que está na lógica desse sistema econômico a revolta das forças produtivas contra as relações sociais que com ele surgiram. A este propósito, é recomendável que se leia sobretudo o capítulo *A lei da queda tendencial da taxa de lucro*.

Muito recentemente, um autoproclamado plutocrata americano — Nick Hanauer — que nem de longe poderia ser considerado marxista, expressou muito claramente o perigo que se corria com essa devastação de riquezas em nome de um fictício aumento dos lucros. Insinuando certa semelhança entre o momento atual e aqueles que precederam a Revolução Francesa, o mencionado plutocrata alerta os demais a tomarem cuidado com os forçados. A imagem é forte!

Sinal forte desse processo que levará o capitalismo ao fim é o que está impresso nessa concentração que pôs de um lado 99% da humanidade — uma forma mórbida de expropriação — em oposição ao 1% dos que ainda mandam no mundo. A contagem, agora, passa a ser regressiva. Para aqueles que acham que este fim é coisa para um futuro longínquo, eu diria que ele está acontecendo em grande velocidade. A podridão é exatamente uma das suas mais fortes e mais concretas manifestações.

“A Pilhagem Substituiu A Produção Como Principal Fonte De Riqueza” (ROBERTS, 2017)

Parece que o mundo real jamais contrariou tanto os economistas quanto agora. A chamada economia não anda mais segundo nenhum dos parâmetros da época em que o lucro capitalista vinha preferencialmente da exploração do trabalho. Mesmo no que se refere às finanças, cujos juros bancários provinham da parte da mais-valia que lhes cabia como resultado dos empréstimos ao capital produtivo, não escapam a esta fatalidade. A fase em que o lucro advinha do trabalho produtivo e dos juros cobrados pelo sistema financeiro em razão dos empréstimos feitos ao capital produtivo, essa história chega ao fim pelas mãos do Rentismo.

Agora são outras as motivações na luta pela participação nos lucros, e estes são mais ilusórios do que reais. O mundo pecuniário avassalou toda a sociedade mundial, tanto a classe capitalista quanto a classe trabalhadora, a tal ponto que já se pode falar de desaparecimento de ambas essas classes. A classe dominante, antes composta principalmente dos capitalistas, já está, em grande medida, reduzida a uma sombra, pois o que lhe vai sobrando nesse processo de destruição do capitalismo é uma tendência à pilhagem de toda a sociedade. Como disse recentemente o blogueiro americano Paul Craig Roberts, “a pilhagem substituiu a produção como principal fonte de riqueza”.

É este o panorama em que o Rentismo se tornou a ocupação principal de um grupo social minoritário, cujas ações, que se tornaram a política dos Estados capitalistas, passaram a constituir um poderoso processo de autodestruição da sociedade, verdadeira e alucinada manifestação de autofagia.

A luta contra esse processo terá que arregimentar contingentes de toda a sociedade mundial como resposta ao que já assumiu um caráter universal. Penso que chegamos a um ponto tal de maturação da decadência capitalista, que qualquer tentativa de “corrigir” seus “erros” cai no vazio, como, aliás, já vem ocorrendo há décadas.

Os problemas da sociedade capitalista não se resolvem mais nem econômica, nem politicamente. Caminhamos celeremente para uma transformação social, talvez a mais profunda que a história irá registrar em todos esses milênios de civilização, e que se manifesta de maneira crucial nesta profunda crise em que se encontra o motor da acumulação capitalista, o lucro. Não será demais dizer que, de certo modo, o lucro está a cumprir o seu fado ao tentar eternizar a escassez como modo de manter a pobreza, só que sua pretensão à eternidade parece fadada a não se realizar.

Dinheirama Desempregada

Qual é, atualmente, a relação do *capital desempregado* — terminologia de Marx —, que aqui chamaremos de *dinheirama desempregada*, com o trabalho produtivo?

É bom lembrar que os termos de Marx correspondem a uma fase da produção capitalista em que o capital financeiro, aquele cuja destinação é naturalmente a produção, já começa a se acumular, em função da *tendência à queda da taxa de lucro*, como excedente improdutivo.

Essa tendência, que é inerente ao capital, se manifesta durante um longo período. Pode-se considerá-la, na verdade, como uma ameaça à acumulação. E neste particular, considerar as guerras que infestaram o século vinte como a manifestação mais palpável da reação da burguesia às peças que o capital lhe pregou num longo período de mais de século. Podemos dizer que nada ocupou mais os capitalistas nesse período além dos seus esforços -

o maior dele são as guerras - para conter as tendências históricas que apontavam o socialismo como expressão da necessidade de transformações profundas na sociedade.

Penso que podemos entender porque opto por uma terminologia nova a respeito de um fenômeno, que, embora velho, só recentemente vem tomando feições maduras e, digamos, definitivas. Gostaria, aqui precisamente, de fazer uma referência, uma quase homenagem, a um pioneiro no entendimento da história que se iniciava já no final da segunda guerra mundial, que é Seymour Melman (1983), cuja obra, **Profits without Production** (*Lucros sem Produção*), já anuncia o processo que tomou conta da realidade mundial em nossos dias. Com título muito semelhante, Costas Lapavistas (2013), publicou **Profiting without Producing: How Finance Exploits Us All**.

Entender porque a *dinheirama desempregada* não retorna mais à produção é a questão fundamental de nossa época. Vis-à-vis dessa Cordilheira dos Andes de riqueza represada em mãos inúteis, encontra-se, também, uma humanidade impedida, proibida de produzir sua vida em condições absolutamente novas, ou seja, liberada dos grilhões em que se converteu a acumulação capitalista. Se nem esse imenso exército de reserva anima a dinheirama a retornar à produção, algo de muito novo está se processando na sociedade. Os dados — já públicos — a respeito da riqueza-dinheiro concentrada em pouquíssimas mãos são simplesmente estarrecedores.

Dediquemos um pouco de nossa atenção aos que defendem esse retorno como possível. O fato, e às vezes o fato significa algo mais do que as estatísticas, é que a tendência do descompromisso do dinheiro com a produção, em última análise não nega a natureza da sociedade regida pelo capital.

Sem muitos rodeios, podemos dizer que um tal retorno tornaria o processo de acumulação capitalista impossível, pois a “fábrica de pobres” (**ENTREVISTAS...**, 2013) não poderia ser sustentada nem mesmo pelo imenso aparato repressivo que essa situação vem institucionalizando. Esteio do capital que é, esta fábrica deixaria de funcionar, pois não resistiria à aplicação da riqueza produzida à sua reprodução em escala maior.

Além do que significam de destruição de riqueza os conflitos bélicos, o Rentismo vem obtendo sucesso em sua sanha de depredação generalizada. Sem sustentação na classe que o gerou, ele tenta se institucionalizar apelando para a violência contra todos, tendo se tornado elemento poderoso na liquidação das bases históricas que garantiram a existência de uma sociedade constituída de classes. A classe dominante propriamente dita, os capitalistas, vai rapidamente se apagando e seu anterior papel econômico se torna tão inútil quanto a força produtiva que lhe deu nascimento. Este é um panorama típico de **fin-de-siècle**

Crise Do Lucro Ou O Lucro Em Crise

Muitas são as explicações da origem do lucro. No entanto, no que se refere à sociedade capitalista, a única explicação que tem base científica é aquela dada por Marx em **O Capital**. O conceito de mais-valia utilizado por Marx tem como ponto de partida que o lucro advém da expropriação da classe trabalhadora pelos capitalistas no processo mesmo de produção. Na parte de sua obra dedicada a como se dá esse processo de expropriação, o leitor encontrará sua explicação completa.

Vem de longa data a constatação de que existe algo de “errado” com a lei que move o capital, digamos, com o motor que dá vida à sociedade por ele regida. Hodgskin (1966), líder operário inglês, em seu livro **Popular Political Economy**, de 1827, portanto quando a Revolução Industrial – se é que podemos considerar seu nascimento aproximadamente em 1750 – ainda engatinhava, afirmou que o lucro é a limitação da produção. Embora os posteriores argumentos de Marx, ao tratar dessa questão, difiram em certos aspectos dos de Hodgskin, ela serve-lhe de roteiro fundamental em sua visão sobre a sociedade capitalista.

Chamamos a atenção do leitor para o título da obra de Hodgskin, **Popular Political Economy (Economia Política Popular)** e o fazemos tendo em vista que a ciência burguesa por excelência, a Economia Política, sofre então um dos seus primeiros ataques vindos precisamente da visão que um líder operário tem de um modo de produção, o capitalista, que mal iniciava sua carreira ascensional. Portanto, o termo Popular, que dá outro viés à ciência econômica, detecta, por assim dizer, a manifestação daquilo que Marx consagrará com o termo contradição.

É bem verdade que David Ricardo (1996), em sua obra-prima **Princípios de Economia Política e Tributação**, expressão máxima da ciência econômica burguesa e que, digamos, constitui o cume a que atingiu a referida ciência, conclui, ao considerar os benefícios colhidos pela industrialização, que a classe operária, diferentemente das outras demais classes, os capitalistas e proprietários fundiários, era prejudicada por esta mesma industrialização.

Tanto o líder operário Hodgskin como o líder burguês Ricardo tocam num ponto essencial de um modo de produção cuja lei suprema é o lucro, o qual, por isso mesmo, passa a ser o alvo principal das pesquisas científicas que ocupam as mentes durante esse período histórico. O mundo teórico se volta quase que inteiramente para a descoberta do que está acontecendo numa sociedade que embora já domine todos os segredos da produção de uma abundância de riqueza quase ilimitada vive, contraditoriamente, da miséria de boa parte da população do país no qual passam a prevalecer as suas leis.

Não é demais perguntar como é que uma sociedade que podemos considerar jovem já apresenta um tal problema, o assinalado por Hodgskin, que redundará na verdade em transformá-la num obstáculo aos seus próprios desígnios? Podemos dizer, como Marx e Engels (2010) o fazem já em 1848 no **Manifesto**, que os meios de produção que o sistema

capitalista criou estão em aberta revolta contra sua natureza capitalista. Marx conclui que, ao se subordinar à lei do lucro, pedra angular do modo de produção capitalista, esse sistema econômico trai a vocação revolucionária que com ele nasce convertendo-se num processo sistemático de destruição de riquezas, recurso que lhe permite manter-se. No entanto, isto não isenta esse sistema de provocar e sofrer convulsões sociais que o põem em risco permanente, chegando ao ponto de prenunciar a necessidade de uma transformação profunda em sua natureza.

Nesse contexto, contrariamente à riqueza teórica que surge naquele período a que fizemos referência anteriormente, entra em ação um traste teórico que se autodenomina *ciência econômica*, cujos atores vivem de benesses, maiores ou menores segundo os sucessos ou insucessos temporários da acumulação capitalista, cuja única função, que de certa maneira cumprem ao gosto dos interesses dos capitalistas, consiste em dar alento a um corpo cujas fraquezas se manifestam em frequentes crises.

Alvo preferencial desses arautos é Marx, cuja concepção é objeto de críticas baseadas nas mais insustentáveis *teorias* sobre o funcionamento do capitalismo. Farei, aqui, referência apenas a duas sensaborias. A primeira refere-se, como não poderia deixar de ser, ao lucro. Concluem, sem qualquer fundamento, apenas motivados ideologicamente por ideias que saem de suas cabeças e que recusam a realidade como ponto de partida do conhecimento, que o lucro é a *justa remuneração do capital*. Vamos admitir que seja, pois não nos parece merecedora de atenção tamanha vulgaridade. Isto não nos impede de fazer a seguinte pergunta: mas de onde se origina o lucro? A resposta pronta e que os cursos de economia por este mundo afora ensinam como verdade indiscutível, consagrada não só nos manuais de economia, mas que recebe a chancela das figuras mais respeitáveis tanto da academia como de fora dela, é que o lucro decorre do fato de que as mercadorias são vendidas por um preço superior ao seu valor de produção. Argumento não totalmente estranho a uma moral comercial um tanto ou quanto duvidosa.

Gostaria, nesse ponto, de fazer uma breve digressão histórica a respeito da genial concepção sobre a origem do lucro, a de Marx, evidentemente. É o seguinte: um dos pontos fundamentais, verdadeiro alicerce teórico da ciência econômica clássica, é que o trabalho, em todas as suas manifestações, constitui o ponto de partida, único, por sinal, de qualquer explicação sobre o funcionamento econômico de qualquer sociedade. Foi precisamente como crítica ao Mercantilismo, que divulgava algo muito próximo ao que postulam as sumidades em seus livros e manuais de economia, ou seja, que o lucro advém de um ganho na troca, que Adam Smith, entre muitos outros economistas políticos, demonstrou algo que nos leva a pensar na concepção de Marx sobre a fonte do lucro.

Se levarmos a sério a concepção de lucro da chamada teoria econômica, ficamos obrigados a concluir que quanto mais mercadorias forem vendidas, já que se realizam por um preço superior ao seu valor, maior será o lucro. Podemos concluir, igualmente, que se a

produção se destinar à totalidade dos membros de um país, os capitalistas obterão um lucro fabuloso. Pergunto: por que não fazem isso? Burrice? Não. Até poderíamos pensar ser esta a razão, já que eles seguem os conselhos precisamente dos economistas. Se assim fosse, o capital investido em qualquer setor da produção estaria condicionado tão somente ao seu montante.

Mas não é isto que acontece, pois a obtenção do lucro tem outras implicações que precisam ser analisadas. E é o que passamos a fazer.

Pode parecer que não, mas a realidade é que a obtenção do lucro tem uma dependência absoluta da existência de uma determinada classe da sociedade, a classe trabalhadora. Partimos, aqui, de um princípio que é caro à Economia Política, ou seja, que a sociedade se organiza assim como está socialmente organizado o trabalho. Portanto, é dessa organização que se origina o lucro, o qual tem tudo a ver com a existência de uma classe cujo ganho, o salário, se reduz a um montante que lhe permite sobreviver, montante este necessariamente inferior ao valor do que produz. Para que se chegue a esse resultado, o capital, pelas mãos de suas criaturas, os capitalistas, cuida zelosamente de reduzir essa classe a um estado permanente de miséria, sem o qual não só não existiria o lucro, nem seu resultado, o capital.

Tal situação explica, afinal de contas, a razão pela qual Hodgskin tinha inteira razão, como também carece de qualquer fundamento pensar que quanto maior o montante de mercadorias produzido, maior o lucro. Se vamos falar de montante, o único que importa aos capitalistas é a grande quantidade de expropriados, cuja única propriedade é não possuir qualquer propriedade. Esta é a condição, possivelmente a mais importante de todas, para que a sociedade capitalista subsista.

Embora já tenha insistido num aspecto que reputo fundamental para a compreensão da história atual, creio não ser demais aqui insistir no fato de que o estágio atual a que atingiram as forças produtivas, que sinteticamente podemos denominar tecnologia, é capaz de produzir riqueza suficiente para toda a humanidade. Segundo dados da ONU, a produção de alimentos atualmente existente no mundo é capaz de alimentar aproximadamente 12 bilhões de seres humanos, ou seja, quase uma vez e meia a população mundial. No entanto, o que vemos acontecer é que os atuais donos dos meios de produção convocam os indefectíveis economistas para que estes demonstrem ao povo, com o indispensável e sistemático concurso da mídia, das escolas, do congresso, das igrejas, dos partidos políticos, de Harvard e congêneres, que é coisa de idealistas, utópicos, reivindicar o café da manhã, o almoço e o jantar para o povo. Cabe-nos, portanto, envidar todos os esforços necessários para demonstrar que *lucro* é sinônimo perfeito de *miséria*, dado que os economistas se esforçam por demonstrar - no que, aliás, se resume o essencial do que chamam de ciência econômica - ser este o destino do povo.

Se considerarmos o montante de riqueza que abandona a produção e que se transforma numa concentração monetária gigantesca nas mãos de uns poucos, temos aí a medida de um processo que se avizinha de uma quebradeira que anunciará o fim de uma era e o início de outra, com toda certeza a aurora de um novo mundo, por sinal o único possível atualmente.

O nome mais correto para essa concentração monetária, penso, seria aberração social. Não possui nenhuma outra manifestação de vida senão essa desenfreada jogatina que cria a ilusão de lucro para os vencedores. Nessa roleta todos são perdedores, sobretudo a sociedade. Podemos ver também aí um mundo que gira em falso ou a imagem de uma roda que perdeu os dentes.

O que estamos presenciando nesse momento é que esse aleijão é o responsável por graves doenças físicas e mentais, em boa medida ocasionadas pela histeria anticomunista, ideologia que tomou conta de praticamente todos os meios de comunicação a partir de 1917 e que encontrou seu clímax com o nazismo de Hitler e o fascismo de Mussolini.

O lucro se tornou incompatível com uma sociedade civilizada.

Crise Do Lucro II

Caberia a pergunta sobre minha afirmação segundo a qual, atualmente, o lucro, falo evidentemente daquele que deriva necessariamente da atividade capitalista produtiva, se encontra em estado de completa depauperação. O que em geral as pessoas mais repetem é que os lucros, sobretudo os bancários, são gigantescos. Não é isto mesmo o que divulgam os relatórios bancários?

Vejamos, no entanto, o que contém de ilusão e fantasia toda essa história.

Em primeiro lugar, segundo dados razoavelmente confiáveis, a aplicação propriamente financeira nas atividades produtivas representa uma parcela irrisória do montante pecuniário em poder dos bancos. Fala-se em 20%. Esses 20% geram juros, que são os únicos que podem ser considerados verdadeiramente lucros. Restam 80% que não produzem lucros, e que, segundo uma terminologia econômica totalmente equivocada — desculpem o pleonasma — produzem gigantescos lucros. Como é isto possível se somente aqueles 20%, que, porque aplicados à produção, geram, de fato, lucros?

Existe aí um fantástico equívoco que tem sua origem, em parte, na igualmente fantástica ignorância divulgada pelos *economistas*. Como esses passam boa parte de sua vida tentando ocultar que o lucro é uma parte do produto do trabalho, e que, portanto, somente o capital produtivo é produtor de lucro, a confusão neste campo lhes serve de assunto. Thomas A. Gonzaga, (1744-1810), na Carta sobre a Usura afirma: “O dinheiro não frutifica naturalmente, mas o dinheiro frutifica civilmente”. (GONZAGA, 1959, v. 2). TURGOT (1970, p. 165), em *Écrits Économiques*, no seu famoso escrito de 1770 intitulado **Réflexions sur la formation et la distribution des richesses**, em polêmica contra a concepção sobre a

cobrança de juros sobre o dinheiro tomado de empréstimo, afirmou “l'argent ne produit rien par lui-même”.²

Além disso cultivam a ilusão de que o crescimento da dinheirama abocanhada pelos bancos resulta de aplicações financeiras, nome que dão ao papelório que circula sobretudo nas bolsas. Dinheiro que não alimenta a produção pode, evidentemente, crescer nas mãos de algumas pessoas, sobretudo dos banqueiros, mas somente na medida mesma em que diminuir em outras mãos. Mesmo que sejam legais as instituições, como bolsa, cassinos, compra e venda de ações, a tendência ao enriquecimento com elas é exclusividade dos ricos. A concentração atual é prova indiscutível dessa tendência. Espoliação talvez seja o termo mais correto para entender o que na verdade acontece.

Enfim, dê-se o nome que se quiser a essas atividades improdutivas, parasitárias, seu caráter comum é a espoliação.

A jogatina de títulos, e mais títulos, e títulos não se vincula necessariamente nem ao volume da riqueza real, das mercadorias, da quantidade de trabalho de que a sociedade já dispõe, e não passa nem de raspão pelos seus valores determinados pela quantidade de trabalho nelas contida. Os preços do petróleo, nesse caso, são exemplares. Movimentam-se, pura e simplesmente, no terreno virtual das especulações. Ele responde pelo frenesi que ataca diariamente as bolsas e seus funcionários, supremos especialistas em nada.

Recentemente, um capitalista, por sinal americano, destes que sobraram da avalanche monetária que assola o mundo, perguntou para que serviam os bancos se não era para emprestar dinheiro para os investimentos. Sem grande esforço poderia ter chegado à conclusão que não serviam mais para nada.

Assim caminha a realidade. Para onde? Se os banqueiros não sabem, a realidade sabe. Segundo dados que refletem a decadência das atividades produtivas, comparando o que acontecia em 1950 com o estado de coisas em 2010, temos os seguintes resultados: “Enquanto nos anos 1950 os lucros financeiros eram de 3,1% dos lucros reais, em 2010 haviam se convertido em 136,5%” (CARCHEDI, 2018).

São dados que muito alegam economistas e banqueiros. São, no entanto, dados que revelam a quantas anda a sociedade capitalista, uma sociedade que se dedica à sua própria liquidação. Não se trata de outra coisa senão de um processo inerente ao próprio capital, que, chegado a um certo grau de desenvolvimento, se vê diante da necessidade de uma profunda transformação, que, com toda certeza, não lhe garantirá a sobrevivência.

Concluindo, o lucro, que era a condição exclusiva da existência do capital, e de cuja taxa sua vida dependia integralmente, entra numa escalada de queda irrefreável, tornando-se insuficiente para conservar sua trajetória produtiva. Os capitalistas, já agora organizados

² “O dinheiro não produz nada por si mesmo” (TURGOT, 1970, p. 165)

ou desorganizados politicamente, tanto faz, passam a recorrer incessantemente à destruição de forças produtivas como tentativa de se salvar do desastre que os assalta permanentemente. Na tentativa de salvarem-se do desastre não fazem outra coisa senão agravá-lo, cometendo o suicídio que consiste em abandonar a produção e converter capital em dinheiro vagabundo, termo que a classe dominante usa com frequência para se referir ao trabalhador desempregado. O dado que acima mencionei, os 136,5% que abandonam o mundo da produção dão muito bem a medida de uma sociedade que não tem pela frente senão a lógica da destruição como ilusão de sobrevivência.

E a realidade não conta outra história

O Rentismo, Ave De Rapina, Filho Legítimo Do Desenvolvimento Capitalista

Tratemos, agora, do Rentismo, moléstia fatal do capitalismo.

O Rentismo nasce das contradições inerentes ao próprio capital. Não devemos confundir *capital financeiro* com *dinheiro sem destinação produtiva*. O capital financeiro é aquele que alimenta os capitalistas com capital. É bem verdade que mesmo na fase em que ele passa a dominar a produção, regulá-la, submetê-la às estritas leis do lucro, já então algum dinheiro inútil começa a se acumular sobretudo nos bancos. O capital, desde muito cedo, 1827, começa a ser já considerado como impedimento à produção. E Marx, então, ou seja, em 1827, tinha apenas 9 anos.

Ou seja, as contradições inerentes à produção capitalista aparecem muito cedo e elas se manifestam em crises comerciais, financeiras, mas, sobretudo, representam algo que, de certa maneira, parece não chegar a constituir questão para a Economia Política, e este algo é exatamente a *superprodução*. É verdade que para se definir a natureza da superprodução não basta atentar para o fato de que o mercado se abarrote de mercadorias invendáveis. Embora a **Riqueza das Nações** seja de 1776, Adam Smith já se refere a um fenômeno econômico — *consumo efetivo* — para o qual devemos dirigir toda nossa atenção. É preciso toda a nossa atenção desperta para quando uma palavra, que, digamos assim, encerra em si um conteúdo autoexplicável, a ela se acrescenta um complemento, um adjetivo, por exemplo, como é o caso, aqui, de *efetivo* agregado a consumo.

Tentemos uma explicação rápida do que Adam Smith quer dizer com esse adjetivo. Como o seu objetivo não é ocultar, com sua obra, os fenômenos econômicos e sociais que analisa, ele estuda o conjunto todo da sociedade, e, sobretudo, mostra como essa sociedade está composta de classes sociais, as quais participam do processo produtivo em condições diferentes. Partindo da noção de que qualquer sociedade, mas, sobretudo, aquela que é regida pelo capital, tem como sua sustentação básica o trabalho, sua análise pretende mostrar como essa forma social, a capitalista, sobretudo com a divisão do trabalho, é capaz de produzir um volume de riquezas jamais sequer pensado em qualquer forma social anterior.

Embora, ao contrário do que me propus, minha explicação não esteja sendo tão breve, penso, no entanto, que agora posso concluí-la. O *consumo efetivo* a que se refere Adam Smith dizia respeito sobretudo a essa classe, a dos trabalhadores, isto porque ele entendia que precisamente a classe que produzia as riquezas não participava do seu consumo segundo as suas necessidades. Esta não participação da classe trabalhadora no consumo conta, na verdade, toda a história do capitalismo. Vamos encontrar aí a origem do Rentismo.

Para começar, é preciso deixar bastante claro que a nossa história, a história dos dias atuais, não pode ser entendida se não levarmos até as últimas consequências a análise desse fenômeno econômico, *consumo efetivo*, porquanto, e antes de qualquer coisa, seria bom antecipar que o que estamos vivendo é um dos aspectos mais característicos da natureza humana: a transformação social.

Mas vamos ao fenômeno Rentismo e tentemos entender sua origem e suas consequências.

Em primeiro lugar, este não é um fenômeno externo às próprias leis de funcionamento do capital, embora se apresente como inimigo, em primeiro lugar, do próprio capital. Costumamos denominar contradição exatamente esse processo pelo qual uma determinada força age contra si mesma ainda quando pretenda o contrário.

Mas, vejamos, então, como se dá essa contradição. Embora esse fenômeno não seja tão recente, pois foi a partir de meados do século passado que ele começou a despertar a atenção, no entanto ele ganha uma dimensão excepcional no último quartel do século vinte.

Podemos, até mesmo como instigação ao aprofundamento da análise desse fenômeno, voltar a Adam Smith como fizemos linhas atrás. Encontra-se aí, de certo modo, boa parte do segredo das crises capitalistas, que, como posteriormente demonstrará Marx, são sempre crises de superprodução.

Não sem certa razão houve aqueles que denominaram a superprodução de subconsumo. Embora os termos pareçam se equivaler, seus pontos de partida divergem totalmente. O primeiro diz respeito a um excesso de produção relativo ao funcionamento do capital enquanto tal, ou seja, a como se dá a produção sobretudo de uma sociedade constituída de classes. O segundo, que faz a glória científica dos economistas, não leva, em primeiro lugar, em consideração o fato de que a sociedade está constituída de classes e, em segundo, que a inadequação do termo subconsumo advém do fato de que as mercadorias produzidas não deixam de ser consumidas por falta de interesse e vontade dos consumidores. Entra aqui o que disse Hodgskin, em 1827, que *o lucro limita a produção*. Pode parecer um equívoco evocar aqui a tese de Hodgskin ao estarmos tratando de superprodução. Como é possível limitar a produção e haver superprodução? Não esquecer que estamos falando aqui do capital e não de qualquer meio de produção. Comprometido com a necessidade de atender interesses e necessidades antagônicas, ou seja, classes sociais, a sua lei fundamental, seu acicate, o lucro,

tem como necessidade primordial reduzir uma parte da sociedade, por sinal a maioria, a um estado de pobreza, com todas as suas consequências, inclusive as guerras. É aí que encontramos a explicação do conceito de *consumo efetivo* de A. Smith.

Para não deixar essa conceituação no meio do caminho, Marx dirá que o consumo é a produção do consumo, ou seja, de duas classes, a capitalista e a classe trabalhadora.

Responsável pelas crises, a superprodução se tornou endêmica, a tal ponto que o desenvolvimento tecnológico passou a ser um perigo mortal para o capital. Acuado pelo agravamento extremo dessa contradição, a saída que se apresentou para os capitalistas foi, e está sendo, a destruição, por meios os mais variados, de forças produtivas. O Rentismo é uma das manifestações mais poderosas, ao lado das guerras, do desperdício estrutural, do genocídio, desse processo de destruição de riquezas. Objetivo consciente ou inconsciente dos rentistas, — isto pouco interessa — o Rentismo é uma tentativa de salvar o capital de uma lei humana, ou seja, a transformação, aquela que Camões assim resumiu: *Que o de que vive o mundo são mudanças*.

Manifestação inequívoca do tamanho da pilhagem rentista é que esta assumiu a primazia no processo de expropriação, mesmo em se considerando o lucro obtido no processo de produção. Importante também assinalar que desta vez o saque se generalizou por toda a sociedade.

A derrota do Rentismo é condição de sobrevivência da humanidade

Concentração

Falemos, agora, desse processo devastador que se manifesta sob a forma de uma concentração inimaginável de riqueza.

Sobre a concentração de capital, processo que foi tratado até mesmo por Adam Smith, pouco interessa aqui e agora além daquilo que a ciência econômica clássica e Marx já postularam como uma tendência inerente ao desenvolvimento e à acumulação capitalistas.

São muitas atualmente as interpretações desse fenômeno que corresponde às próprias leis do capitalismo. Soblevam aquelas que condenam tal fenômeno, como se aos capitalistas coubesse transgredir as próprias leis do desenvolvimento capitalista. Interessa observar que nos limitaremos apenas ao registro dessa insensatez tendo em vista que, no momento, não se trata mais de buscar as razões desse processo que, como vimos, manifesta-se desde os primórdios da sociedade capitalista como algo inerente à natureza mesma do capital.

Trato, agora, desse outro fenômeno que se manifesta como uma concentração devastadora de recursos, sobretudo sob a forma-dinheiro, verdadeiro processo de expropriação generalizada de toda a sociedade. Todos nós sabemos, pois nem mesmo os meios de comunicação interessados em ocultar essa vertiginosa realidade deixam de fazer

referência a ela, que os expropriados já se contam por bilhões, enquanto que os expropriadores já cabem, com folga, numa van.

O horror que tais estatísticas causam nas pessoas expressa a medida de destruição pela fome, por doenças, por desequilíbrios emocionais, assim como nos explica como a criminalidade virou banalidade para determinados grupos sociais, quando não política de Estado.

Antes mesmo de caracterizar mais precisamente o que significa essa monumental expropriação de toda a humanidade, não é demais acentuar seu caráter inexorável demonstrado a cada nova pesquisa realizada.

Em primeiro lugar é necessário entender a razão pela qual essa fantástica concentração toma a forma de dinheiro e, sobretudo, porque toda essa montanha monetária se afasta — melhor seria dizer foge — do processo produtivo.

Aplicada à produção, ela provocaria uma situação de superprodução capaz de acabar com a pobreza no mundo. Teríamos, então, uma completa contradição nos termos. Em primeiro lugar, a superprodução não reproduz o capital. Disto a história do capitalismo e suas crises são a maior prova. Mas a maior contradição ainda estaria por se revelar, ou seja, que a produção da pobreza é o fundamento mesmo da existência do capital. Investir produtivamente toda a dinheirama existente no mundo, além de algo impraticável em termos capitalistas, pareceria verdadeira insanidade já que se correria o risco de matar a galinha dos ovos de ouro, isto é, a miséria que engorda o capital. Essa probabilidade é, no mínimo, remota. Desafiaria os economistas a encontrar uma saída para a catástrofe que se anuncia em todos os planos da vida neste nosso planeta Terra.

Liberação Do Trabalho

Falar, nos dias atuais, de trabalho é pensar numa capacidade produtiva que se aproxima já da ideia de infinito. É verdade que já em seus primórdios, a máquina, a automação, gerou esse sentimento expresso pelo engenheiro mecânico inglês Charles Babbage, ao escrever, na década de vinte do século XIX, sobre o processo industrial de produção e suas vantagens, entre elas a *redução do tempo de trabalho*.

Vejam, em primeiro lugar, essa questão da *redução do tempo de trabalho*. É indiscutível que o progresso dos instrumentos de trabalho interfere imediatamente, com seu uso, no tempo de trabalho. A máquina, fenômeno histórico e social, é um instrumento mecânico. Ambas essas naturezas, mecânica e social, podem ser reduzidas a um conceito único, mas nem por isso elas se reduzem uma a outra em quaisquer condições sociais. Ou seja, o lado mecânico da automação da produção é um progresso de tal dimensão capaz de nos induzir, imediatamente, à ideia de uma redução da jornada de trabalho ao mínimo necessário, sobretudo se nos livrarmos do condicionamento social e pensarmos na possibilidade, real, do

trabalhador isento da marca social classista. A este propósito voltemos a Aristóteles. Na **Política** (ARISTÓTELES, 1985, p. 18), nos dá uma aula que vale a pena “assistir”: “Se, então, as lançadeiras tecessem e as palhetas tocassem cítaras por si mesmas, os construtores não teriam necessidade de auxiliares e os senhores não necessitariam de escravos”.

Pois bem, esses dois lados desse instrumento revolucionário de trabalho que é a máquina imediatamente deram lugar a duas posições teóricas. A primeira é a da Economia Política, que se baseia no princípio de uma divisão natural da sociedade em classes, sobretudo de capitalistas e trabalhadores. A Economia Política foi a primeira a registrar e exaltar o aumento da capacidade produtiva do trabalho e o resultado que significava produzir no mesmo tempo uma quantidade maior de produtos. Ela estava de olho, evidentemente, no aumento do lucro, e, neste aspecto, sua análise estava corretíssima, mesmo porque a experiência histórica da classe dominante não deixava nenhuma dúvida a respeito. Se há dois milênios antes de Adam Smith Aristóteles já havia chegado a tal conclusão caso a automação fosse usada, que dizer desta potência ímpar que era a máquina a vapor e os teares mecânicos? Aristóteles já tinha concluído que o efeito mecânico no aumento da produção e do lucro não para aí. No caso de Aristóteles, o escravo podia ser dispensado do trabalho enquanto escravo. Portanto, ele tinha se dado conta de que a separação entre mecânico e social não podia ser feita tão simploriamente. Ele tinha demonstrado, em síntese, que com a máquina se iniciava uma revolução que só pela metade caberia dentro das relações sociais de produção capitalistas, e foi isto precisamente que demonstrou Ricardo ao revelar, não sem certa surpresa de sua parte, que a automação beneficiava os capitalistas e prejudicava os trabalhadores. Já então nascia o paradoxo por excelência que foi um gigantesco aumento da riqueza e um igualmente gigantesco aumento da pobreza. Já nos referimos como nesse período, motivada precisamente por essa situação, surgiu uma discussão político-social e literária de alcance universal. Pelos mais diferentes caminhos, o que se vê, neste momento, não é propriamente uma neutralidade por parte daqueles que registram, por meios literários ou por meio da reflexão econômica ou social, o que vai no âmago da sociedade capitalista.

Um dos aspectos, ou seja, a redução da jornada de trabalho não se verificou, muito ao contrário disso. Apenas na metade do século XIX é que a jornada de trabalho de 8 horas foi conquistada, nos Estados Unidos, por meio de uma verdadeira guerra de classes entre capitalistas e operários, o que nos permite concluir que tal redução da jornada não consta dos princípios regidos pelo lucro. Fácil é concluir, como aliás não é novidade, que outros princípios, novos princípios, não ficaram presos à equação dos capitalistas.

Quando do enfrentamento da burguesia contra a organização social feudal, uma palavra de ordem que, de certo modo, passou a constituir os pilares da ciência econômica clássica, de Adam Smith, Quesnay e explicitamente de Turgot, foi a *liberação do trabalho*. Adam Smith publica seu **Riqueza das Nações** em meio à eclosão da Revolução Industrial. Sua

exaltação da divisão do trabalho, que derrubou de vez com a forma feudal do trabalho, se percebe em boa parte da sua obra.

Os nossos são outros tempos, e a nova liberação do trabalho, que nada tem a ver com o lado mecânico dos instrumentos de trabalho, por mais desenvolvidos que sejam, já passou a ser uma necessidade de sobrevivência da humanidade. Nova liberação do trabalho, sim, porque agora urge que o trabalho se libere de sua forma capitalista. Se é verdade que desde os primórdios da invenção e da aplicação da máquina ela serviu, contrariando seu lado social, de instrumento para aumentar a exploração do trabalho, também é verdade que nela estava inscrita a possibilidade de socialização da produção. É o que afirma Toynbee (1969, p. 85), historiador inglês, em sua obra **Industrial Revolution**.

De certo modo, essa liberação vem se realizando, embora ao modo capitalista, o que significa sob a forma cruel, e até criminoso, do desemprego. Situação esta irreversível, pois tem tudo a ver com a atual e irrevogável revolução das forças produtivas tecnológica e cientificamente em ação ou na expectativa de serem acionadas. O que se anuncia é a real impossibilidade do uso capitalista do progresso avassalador das forças produtivas concentradas na alta tecnologia e no avanço científico. Podemos concluir que já estão maduras e até passadas as condições objetivas para a liberação do trabalho de sua forma capitalista.

Medo Da Realidade

Uma parte da sociedade, aquela que foi treinada durante o último século no anticomunismo, vive um medo pânico da realidade. Desde 1917, ano da Revolução Soviética na Rússia, espalhou-se pelo resto do mundo uma propaganda sistemática contra a nova forma social de organização da humanidade. Esta propaganda ganhou foros de ciência com o nazismo alemão e com o fascismo italiano. Parte da sociedade, saída da Primeira Guerra Mundial, 1914-1918, se impregnou do anti-sovietismo, por diversas razões, mas sobretudo pelo que passou a se chamar de *ameaça soviética*, ou *comunista*. Os interesses capitalistas, temendo a simpatia de uma parte da sociedade pela União Soviética, tratou de dar voz àqueles que tivessem alguma penetração junto às massas.

O que estava, no entanto, na base dos acontecimentos econômicos e políticos de então era a incapacidade do capitalismo de resolver os seus problemas. Veja-se, por exemplo, o caso da crise de 1929. A Primeira e a Segunda Guerras Mundiais mostram que o recurso ao conflito armado decorre, sim, de extremas situações de incompatibilidade entre nações, porém tais manifestações só encontram explicações convincentes se considerarmos que o capitalismo vive um estado permanente de instabilidade e de crises. A multidão de historiadores que escrevem sobre as duas guerras mundiais são especialistas em encontrar causas que excluem sistematicamente o papel da luta intercapitalista como motivo principal dos conflitos.

Nesse contexto, o nazismo alemão, que rapidamente assume liderança ideológica em vários países europeus, passa a ser propaganda de massa, *cientificamente* tratada. Seus efeitos são devastadores junto às mais diferentes camadas da população no mundo inteiro.

Do outro lado, o sucesso socialista na União Soviética se contrapunha à divulgação da propaganda nazista e das mais variadas formas de oposição, ideológica ou não, e até de tentativas *teóricas* para provar que o socialismo *não podia dar certo*. Este embate criou formas graves de fanatismo, sobretudo à medida que uma crise sistêmica do capitalismo mostrava que a felicidade na sociedade capitalista estava destinada a se tornar privilégio de uma parte cada vez menor da população. E o sistema que, segundo os ideólogos do anticomunismo não podia dar certo, era o único que demonstrava ser capaz de aderir integralmente ao progresso sem quaisquer limitações de ordem social. Muito pelo contrário, o socialismo na União Soviética era exatamente resultado das contradições vividas pelo capitalismo cuja solução indicava a necessidade de uma forma social nova.

O Macartismo, que surgiu logo após a guerra, em 1950, nos Estados Unidos, se tornou atividade sistêmica do Estado, dos meios de comunicação, da pedagogia, da sociologia, e passou a ser considerada pelos meios políticos como forma natural de pensar. O cinema, tendo Hollywood como carro-chefe, contou uma mentira, diga-se de passagem, muito bem contada, em que o **american way of life** era divulgado como ideal da humanidade. Poucas vezes no curso da história da humanidade uma mentira ganhou foros tão completos e perfeitos de verdade. Com base numa dose cavalariça de ignorância, inoculada, aliás, com os métodos nazistas de propaganda, baseados no princípio de que uma mentira repetida exaustivamente vira verdade, a classe média americana, paciente escolhido preferencialmente, respondeu a contento aos desejos dos dominantes.

É aí que as feições históricas do momento atual, 2019, têm as suas raízes.

O anticomunismo está se tornando um desvario completo, e não é totalmente sem razão. Marx demonstrou cientificamente que o capital existe como um modo de produção que vive atolado em contradições. As crises capitalistas expressam precisamente o desenvolvimento dessas contradições. Quando os economistas alardeiam o tal “desenvolvimento econômico”, não sabem que estão propagandeando o agravamento da crise sistêmica do capitalismo. A ignorância de que o capital cabe cada vez menos dentro de si mesmo, que ele é seu maior inimigo, faz parte de um dos elementos mais significativos da ideologia cultivada pelos economistas.

Quando afirmo que o desvario anticomunista tem razão de existir, quero dizer que ele tem uma explicação histórica. Ele é só a reação mais extrema de uma ideologia que campeia sobretudo no mundo dos economistas, useiros e vezeiros na tarefa de tentar conter o uso generalizado e pleno da riqueza tecnológica e científica já existente ou em vias de ser descoberta.

Tentemos mostrar como isto acontece. Tanto a esquerda quanto a direita não conseguem entender este processo em que o capital vive de nutrir contradições, e que o momento atual presencia uma situação de supernutrição e de consequente obesidade do paciente. Neste processo é que encontramos a razão dessa histeria anticomunista, ou seja, sobretudo a direita, e por isso é que ela é direita, percebe intuitivamente que a propriedade capitalista não se sustenta mais enquanto tal. A direita, no entanto, não admite que esta ameaça não venha de fora, assim como não admite que este é um processo interno de desenvolvimento das contradições.

O que é que ensinou a escola do anticomunismo? Ensinou que esta ameaça é obra dos comunistas. Jamais entenderam que os comunistas, eles próprios, são obra da impossibilidade de solução das contradições do capital. O que significa, em última análise, que o capitalismo não se encontra na reta final porque tenha dado errado, mas, muito pelo contrário, e até podemos dizer que ele rezou perfeitamente pela cartilha de Marx.

Medo da realidade, realidade que o próprio capital criou, constitui o fundamento da histeria anticomunista.

Conclusão

O comunismo — manifestação concreta da liberação das novas forças produtivas — é a única forma de organização social capaz atualmente de permitir livrar essas forças do imobilismo a que estão submetidas pelos grilhões institucionais ainda atuantes. A essas novas forças produtivas corresponde um caráter revolucionário, pois anunciam verdadeira subversão nas relações sociais de produção ao pôr como necessidade imperiosa o rompimento do invólucro capitalista que envolve essas mesmas relações.

Derrotados cientificamente, seriamente combalidos por sucessivas derrotas no plano ideológico, incapazes de manter a luta política nas formas tradicionais e institucionais oriundas da ética burguesa, setores do que já podemos classificar de antiga classe dominante entregam o poder a uma malta de desclassificados, verdadeira ralé social, incumbida do serviço sujo de executar uma devastação material e humana de proporções nunca vistas.

Derradeiro recurso ideológico dessa ralé, o anticomunismo, tenta se manifestar nas formas que sobraram de um macarthismo já desmoralizado. Não consegue contar com o apoio da pequena burguesia senão em questões marginais, como, por exemplo, o anti-stalinismo, agora sem os efeitos que lhe ajudaram a contribuir para a queda da União Soviética.

[07.12.20].

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES, *Política*, Trad. de Mário da Gama Kury. Brasília: Editora Universidade de Brasília - UNB, 1985.

CARCHEDI, Guglielmo. *O esgotamento da atual fase histórica do capitalismo*. 2018. Disponível em: <<https://icgilbertoluizalves.com.br/ciencia>>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

DESCARTES, René. *Discurso do Método*. Trad. de Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 1999.

ENTREVISTAS Históricas: Oriana Fallaci entrevista Dom Helder Câmara. *Socialista Morena*, 31 de março de 2013. Disponível em: <https://www.socialistamorena.com.br/entrevistas-historicas-orian-fallaci-entrevista-dom-helder-camara>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

GONZAGA, Tomás Antonio. Carta sobre a Usura. *In Tratado de Direito Natural*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1959. (Obras Completas de ..., v. 2).

HODGSKIN, Thomas. *Popular Political Economy* [1827]. New York: Augustus M. Kelley Publishers, 1966. (Reprints of Economic Classics).

LAPAVITSAS, Costas. *Profiting without Producing: How Finance Exploits Us All*. Londres e Nova York, 2013.

MARX, Karl. *A Miséria da Filosofia*. Trad. e apresentação de José Paulo Netto. São Paulo: Global Editora, 1985.

MARX, Karl. *Contribution à la Critique de l'Économie Politique*. Paris: Éditions Sociales, 1957.

MARX, Karl. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. Livro I.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*. Trad. de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Trad. de Álvaro Pina e Ivana Jinkings. São Paulo: Boitempo, 2010.

MELMAN, Seymour. *Profits without Production*, New York: Alfred A. Knopf. 1983.

RICARDO, David. *Princípios de Economia Política e Tributação*. Trad. de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (Col. Os Economistas).

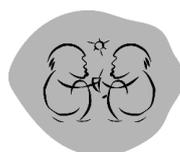
ROBERTS, Paul Craig. Institute for Political Economy. *Looting Has Replaced Production As The Main Source Of Wealth*, 2017. Disponível em: <https://www.paulcraigroberts.org/2017/07/12/looting-replaced-production-main-source-wealth>. Acesso em: 19 de jul. de 2021.

SISMONDI, Jean-Charles Léonard Simonde de. **Novos Princípios de Economia Política (1819-1827)**. Trad. de Fani Goldfarb Figueira. Curitiba, PR: Segesta, 2009. (Raízes do Pensamento Econômico).

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Trad. de Luiz João Baraúna. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

TOYNBEE, Arnold. **Industrial Revolution**. Great Britain: David & Charles Reprints, 1969.

TURGOT, Anne Robert Jacques. Réflexions sur la formation et la distribution des richesses; Valeurs et monnaies. **In Écrits économiques**. Paris: Calmann-Lévy, 1970.



Gilberto Luiz Alves
INSTITUTO CULTURAL

www.icgilbertoluizalves.com.br